
O CORPO VIVO DA CIDADE: UM LUGAR DE MEMÓRIA

Claire Brossaud

Resumo

No decorrer dos anos 1960, o *Direito à cidade* de H. Lefebvre foi aplicado na concepção de uma cidade planejada francesa situada na alta Normandia. Isto favoreceu a visão de uma “cidade-corpo” trabalhada, no plano urbanístico, pela autodeterminação: era necessário dar a cidade aos habitantes, como se se tratasse de tomar as rédeas do próprio destino. Trinta anos mais tarde, a memória oficial local passa a celebrar um indivíduo-ator no espaço público, no local e em lugar da cidade. Assiste-se à aparição de um “personalismo de ficção” cujos limites consistem, por um lado, em levar em consideração apenas um eterno presente individual e, por outro lado, em tornar invisíveis as razões que levaram este mesmo indivíduo a tornar-se ator de sua cidade-vida.

“Na cidade há vida.” Retirado de um anúncio publicitário, este slogan constitui-se num eco de uma simbologia (ou de um símbolo) coletiva que consiste em fazer do ser biológico um capital da memória. É no mínimo isso o que testemunha a gênese de Vaudreuil, uma cidade planejada francesa situada na alta Normandia e rebatizada Val de Reuil após 1982 (Brossaud, 2003). Ali, na curva de um grande rio construído pelos ventos do planejamento estatal dos anos 1960,¹ sem dúvida nunca foi tão celebrado o corpo vivo de uma cidade. O que fazer do organismo urbano, este conceito unificador das ciências do homem que várias outras vezes já se prestou ao jogo da metáfora, desde

¹ Evry. Marne la Vallée, Saint-Quentin en Yvelines, Melun Senart na região parisiense, Lille Est (atual Villeneuve d’Ascq), L’isle d’Abeau nas proximidades de Lyon, Les Rives de l’Etang de Berre nas proximidades de Marseille e Le Vaudreuil na Normandia, todas objeto de uma política de ordenamento do espaço entre 1960 e 1975.

os higienistas do século XIX aos funcionalistas arquiteturais passando pela ecologia urbana de Chicago? Nestes diferentes exemplos, a cidade-corpo era uma projeção da sociedade no chão. O que define o “imaginário construtor” de Vaudreuil – sua construção assim como sua recomposição trinta anos mais tarde –, não é tanto o corpo vivo objeto de uma política do espaço; é o espaço do político.

Com efeito, a aplicação do *Direito à cidade*, de H. Lefèbvre, associada a um programa de luta contra todas as formas de poluição, selou na pedra uma sobreconsciência, no plano individual, de viver na e através desta cidade planejada. Trinta anos mais tarde, quando aquele que trouxe a causa “comum” conta a história da cidade, ele não pode deixar de atualizar uma narrativa da cidade-vida como se se tratasse de fazer sua própria história e de se constituir enquanto sujeito de conhecimento. O que ele põe em cena provém de um “personalismo de ficção”, necessário à elaboração intersubjetiva da comunidade urbana. Estamos aqui na era de uma coletividade-sujeito que, à imagem dos avatares digitais ou do testemunho televisivo, gosta de reconstruir as vidas subjetivas no tempo real para fazer delas uma ficção diretora. Sub-repticiamente, o indivíduo se reinventa apropriando-se da história de sua cidade como sendo a sua e esta mesma história tem a função de transmitir-se virtualmente. Estamos realmente numa problemática da memória coletiva, como queria M. Halbwachs, quando se trata de um perpétuo presente que tem por vocação reatualizar o passado? E esta celebração do corpo não seria ela, *a fortiori*, uma negação de humanidade quando a questão do sujeito se reduz à sua única ubiqüidade no espaço público, aquele da deliberação e da expressão pessoal específica de J. Habermas? Sem pretender responder estas questões de maneira exaustiva, a genealogia de Vaudreuil permite, entretanto, tomar alguns atalhos onde os traços de um patrimônio urbano através do corpo se distinguem além dos muros locais, mas não fora de lugar.

O Direito à cidade libera um tempo biográfico

Vaudreuil, uma cidade planejada, constituiu na França um ato fundador do planejamento regional. Como tal, ela concentrou uma energia sem precedente na implantação da descentralização. Entre as novas cidades francesas que foram construídas pelo Estado nos anos 60, ela chamou a atenção na época por ter ampliado o *Direito à cidade*

(Lefèbvre, 1968) e inaugurado um programa de luta contra a poluição. Desta dupla experiência nasceu “uma antropologia da natureza urbana” onde o homem veio a ser seu próprio fim e espaço local, fundido na universalidade da natureza, um corpo sem “topos”, diria S. Ostrowetsky (1983). A corporeidade aqui construída situa a cidade no tempo e no espaço reais como um ser natural em movimento submisso às regras de seu meio ambiente. O “germe da cidade” é a vitrine deste urbanismo qualitativo. Esta zona de 2500 habitações, das quais 2150 coletivas e 350 individuais, representa o núcleo de uma grande cidade – um embrião –, que, estando pronto no papel, está pronto para transformar-se em realidade. Dito de outra maneira, todas as funções urbanas são dadas, desde o início, graças a este feto que os habitantes poderão depois fazer crescer à sua maneira até atingir o tamanho de 150 mil almas. Lembremos que as cidades planejadas francesas são concebidas originalmente como verdadeiros centros urbanos fornecedores de empregos, de habitações, de lazeres a fim de desafogar o afluxo populacional em direção à Paris. O contexto intelectual é então fortemente hostil aos grandes conglomerados urbanos, já desqualificados por sua cruel ausência de laços sociais. Na Normandia, o essencial reside na mistura e evolução de necessidades humanas no território local. E é o corpo vivo da cidade – em germe – que autoriza esta possibilidade. Assim, a cidade não é constituída de pedaços justapostos, como no contra-exemplo do monstro de Frankenstein ou entre os partidários da Carta de Atenas, que deu lugar ao funcionalismo e que relacionava cada quarteirão a uma função do corpo humano. S. Ostrowetsky fala ainda da “cara do ser urbano” para dizer que “a cidade não procura mais a imagem corporal como um princípio estético, mas o órgão ou o vivente como princípio genérico”(Ostrowesky, 1983: 140).

Esta idéia de nascimento do mundo leva em consideração um tempo não repetitivo, orientado precisamente para um fim biográfico. Com efeito, a cidade que cresce sobre um solo quase virgem está sob o domínio de uma temporalidade concreta e criadora: ela parte de um ponto zero e evolui segundo um ritmo biológico. Inspirada particularmente no *conscious planning* ou planejamento dito “indicativo”, esta prospecção coloca um primeiro grão de areia nos procedimentos anteriores que eram exclusivamente determinados por axiomas projetivos, aqueles de um tempo abstrato e finalizado pelo progresso. As previsões dos administradores para o futuro das cidades planejadas tinham

coincido com a introdução da longa duração na projeção, ou seja, um prazo fixado em aproximadamente trinta anos. Na Normandia, são muito procuradas sinergias entre as temporalidades de longos e médios prazos levando, às vezes, em consideração as transformações econômicas da sociedade e do tempo “matéria” – o da durabilidade dos materiais e dos seres. No início dos anos 1970, a cidade é objeto de uma lenta construção social cujo fim deve ocorrer no mínimo em trinta anos. Pensa-se no ano 2000 e em seus hipotéticos 150 mil habitantes. Mas diferentemente de outras cidades planejadas, Vaudreuil deve se desenvolver até um determinado ponto de equilíbrio, justificado por uma norma de crescimento fixada em 150 mil habitantes. Além disso, os autóctones criam uma nova entidade urbana. As hipóteses da estrutura flexível do germe da cidade são dessa forma testadas. O ritmo desta transformação tem seu limite, de aproximadamente quinze anos, dentro do qual é possível se programar, sem correr muitos riscos, a dimensão e evolução futura da cidade numa escala reduzida. Quinze anos é, portanto, o prazo previsto em 1969 para que os habitantes possam dirigir seus destinos.²

A finalidade do planejamento local é regulamentada pelo “valor de uso” do espaço, para retomar um termo caro a H. Lefèbvre. Este está no fundamento do “urbanismo participativo” aplicado em Vaudreuil. Ele não tem nada a ver com o horizonte, o ponto de fuga, mas sim com a perspectiva de um tempo real, orgânico. Encontra-se aqui uma idéia comum aos culturalistas e fenomenólogos, segundo a qual um indivíduo ou um grupo se constrói no tempo de duração de um espaço materialmente percebido, concebido e vivido. Aqui, o habitante funde-se na pedra por uma série de identificações, de projeções, de aculturações e de apropriações. Desde o início, a cidade concentra em suas instituições todos os meios de associar indivíduos ou grupos na ação de construir. Como obra coletiva, ela é uma invenção social experimental, que poder-se-á, caso a ocasião se apresente, erigir como monumento ou museu. O Centro do meio-ambiente, caso tivesse chegado a existir, poderia oferecer a possibilidade de integrar uma atividade

² Quer dizer, a cidade é autonomizada precisamente no plano jurídico-administrativo ao final desse lapso de tempo. As previsões iniciais foram particularmente atingidas por uma conjuntura econômica e um contexto político-institucional desfavoráveis. Em 1981, os moradores tomaram o poder “contra o Estado”, que em seguida se desengajou pouco a pouco de sua missão de dirigente. Le Vaudreuil tem atualmente cerca de 13 mil habitantes.

pedagógica e cultural no quadro de uma prática, a experiência de uma cidade-corpo em desenvolvimento.

É numa dialética entre celebração da cidade sendo feita e comemoração dos instrumentos que permitiram sua realização que a vida local pode tornar-se *perene*. Os equipamentos sociais urbanos têm uma função de enraizamento, pois é através deles que se efetua o aprendizado urbano. Toda a armadura arquitetural do “germe de cidade” é fabricada a partir de centros sociais ao longo de uma passagem reservada para os pedestres que agrega as atividades compatíveis entre si em relação ao espaço e tempo de ocupação dos locais. A principal articulação da cidade é, dessa forma, criada por esses “módulos”, unidades de serviço distantes umas das outras de 400 a 700 metros. Habitualmente, na França, a centralidade relaciona-se à função patrimonial da cidade. Há lugares carregados de símbolos e de história no coração da cidade, como bem mostrou o historiador P. Nora (1992), nos quais a memória republicana está ligada. Se eles perderam hoje sua missão inicial, os equipamentos sociais urbanos guardam a atribuição adquirida outrora na praça pública, com suas instituições religiosas e estatais. Policentrais, como queria ainda H. Lefèbvre, eles foram literalmente previstos para serem *os monumentos do amanhã*.

Eles deviam também estruturar o tempo que passa. *A cidade é um emprego do tempo e é este tempo que se trata de organizar*, lembra uma socióloga, em janeiro de 1970, referindo-se textualmente a H. Lefèbvre. A gestão dos tempos sociais em Vaudreuil é dada pela função sociocultural. Para começar, as atividades das grandes concentrações urbanas tinham sido organizadas segundo diferentes seqüências biográficas, que eram investidas de uma função promocional do indivíduo aprendiz (Laé, 1991). Aqui, os cortes por idade são visíveis nos nomes dos grupos de reflexão que foram criados para discutir a política dos equipamentos urbanos: “primeira infância”, “infância”, “adolescência”, “população ativa”, “pessoas idosas”. Através dela, a narrativa sobre o hábitat torna-se uma narrativa da existência onde os ciclos de vida são separados, racionalizados, talvez até mesmo institucionalizados segundo um certo número de faixas etárias, cada uma correspondendo a alguma coisa de útil na progressão da independência comunal.

Enfim, a cidade tem uma função identitária. Ela não é apenas um corpo, mas também a imagem de um corpo transcendido por *uma alma* ou *uma personalidade*. O objeto

da apropriação, a cidade-corpo, torna-se nesse momento um indivíduo dotado de uma consciência de sua existência. A concepção das cidades planejadas permitiu, como queria H. Lefèbvre, constituir uma unidade espaço-temporal: o sujeito. Este sujeito não é tanto introspecção, mas sobretudo luta pela liberdade contra a lógica do consumo de massa e do poder autoritário, memória, historicidade e pertencimento, vontade do grupo e do indivíduo de ser mestre de seu destino. “Dar a cidade aos habitantes”, argumentavam os defensores do local, herdeiros, por um lado, do socialismo autogestor. Desde que ele se identifica com a personalidade sociopolítica da cidade, o habitante não se contenta mais em habitar. Ele é um ser vivo pelo qual o espaço e o tempo evolutivo condicionam as categorias e possibilidades da experiência.

No plano coletivo, o direito à liberdade individual e o direito à apropriação implicam no *Direito à cidade*. É uma relação consigo e com os outros trabalhada pela autodeterminação. Mas este conceito é também complementar do pensamento ambientalista. Ele socializa, com efeito, a luta pelo espaço enquanto que a ecologia a biologiciza jogando-a para o domínio da “vida”. O acesso ao corpo, motivado por toda uma série de prescrições ligadas a sua salvaguarda, ou seja, à preservação de suas condições de bem-estar (literalmente estar bem) não é nada menos que um acesso a si. E o local constitui o mito fundador deste modelo porque a natureza reproduzida e transformada em corpo social e político integrado ou reintegrado após a degradação é uma força produtiva do espaço. O que faz com que corpo, gestos, discursos, desejos sejam identificados no local como sendo aqueles de um indivíduo é precisamente um dos efeitos da soberania do sujeito. “O indivíduo é um efeito do poder que ele institui e, à medida que é um efeito, é, ao mesmo tempo, um intermediário, ou seja, o poder transita pelo indivíduo que o constituiu”, afirma M. Foucault (1994: 180). Na idéia de que o homem produz a si próprio existe um modo de reprodução do “vivente” como ser universal beneficiando a todos.

A fabricação de um “personalismo de ficção”

A impregnação desta dimensão orgânica do social é seguida e reestruturada na cidade. O corpo que cresce, que age, que percebe e sente as coisas e com o qual “a vida” se confunde, este corpo que quer tornar-se sujeito de conhecimento e que é levado pelo fluxo da temporalidade, veste-se completamente com um traje patrimonial. Ele é uma

herança, uma mediação entre a produção do espaço social e sua reiteração trinta anos mais tarde. No momento em que aquele que fabricou Vaudreuil narra sua cidade, a coerência de sua narrativa é dada, com efeito, pelo fato de que ele atualiza uma forma de contar a história da cidade-corpo no presente. No início “era como um nascimento, uma infância, uma festa”. O tempo da lembrança celebra uma cidade em edificação, na crença de uma ação biográfica orientada por ela mesma. Ele é fundado naquilo que é conveniente denominar “personalismo de ficção”.

Tradicionalmente, o personalismo permite dar um valor espiritual à condição humana. Nesta doutrina, a existência é uma ação que tem sempre por objetivo dominar e organizar uma matéria exterior. O ato primeiro da pessoa é de engendrar com as outras uma sociedade em que as estruturas, os costumes, os sentimentos e as instituições são marcados por sua natureza de pessoa. “A pessoa é uma atividade de autocriação, de comunicação e de adesão, que se compreende e se conhece em seu ato, como movimento de personalização” (Mounier, 1949). Ou, o que é comemorado em Vaudreuil, é justamente a ação de uma carne imaterial no espaço. “O vivente” é uma espécie de capa do sujeito, quando este assumiu sua autodeterminação na cidade. Assim, o cidadão de Vaudreuil é convidado, pela memória, a sair de si mesmo, como um ícone que não gostaria de envelhecer no altar da natureza. Manifestar sua presença corporal na contemporaneidade do vivido da cidade não é paliativo no plano coletivo. Estar simplesmente nesta cena particular da memória da cidade é “colocar em ação, aqui e agora, a importância social e política do corpo de que se reivindica o reconhecimento” (Memmi, 1998: 87). Colocar publicamente seu engajamento pessoal na cidade, através de sua vivência, é fazer um ato de vida que se poderia autenticar pela afirmação “eu existo” ou “eu pertenço a uma comunidade de destino” porque minha história – aquela de minha cidade representada – é digna de interesse para meus descendentes. Neste contexto, aquele que construiu a cidade, sendo depositário de sua história, tem a tarefa de passar o turno a seus sucessores, aqueles que não viveram sua construção. Isso não sem lembrar a figura da “testemunha ocular” de R. Dulong, que ele define não por um fato passado, mas por uma presença que a testemunha certifica no tempo real. A testemunha, afirma ainda este autor, é alguém que valida sua ação para os outros a partir da crença em sua experiência pessoal: “eu estava lá” (Dulong, 1998).

O personalismo não seria ficção se ele não obedecesse também a uma dramaturgia, tal como exposta por P. Ricoeur e retomada recentemente por C. Dubar, a propósito da identidade narrativa (Dubar, 2000). Quais são os princípios da enunciação utilizados na celebração do indivíduo-cidade enquanto estão sendo elaborados? De início, a história reconstruída da cidade pode ser definida pelas formas de permanência no tempo (a *mêmeté* de P. Ricoeur). Para os portadores do projeto urbano, a cidade é sempre a representação de uma ação nobre, levada a termo, tendo produzido a felicidade ou a infelicidade. Cada evento de sua curta história constitui a etapa necessária de uma cadeia de produção orientada para um ponto de chegada: a realização de uma cidade com sua alma. Contrariamente a uma narrativa na qual a contingência teria o papel principal, o “personalismo de ficção” é colocado sob o signo de uma necessidade biológica, que dá a ilusão de uma história coerente e totalizante, completamente orientada para a autodeterminação de Vaudreuil. Aqueles que conheceram seus inícios sentem falta do tempo em que ela podia cultivar o sonho de vir a ser uma cidade planejada quase perfeita, livre do peso das tradições. É bem verdade que está na essência mesma de uma cidade planejada ser inacabada. Mas esta cidade sofreu mais que outras os reverses de seu destino prospectivo: 13 mil habitantes no ano de 2000 em vez dos 150 mil previstos no início. A cidade tornou-se quase banal e ao mesmo tempo decepcionante, visto que a concentração de energia que presidiu seu nascimento era portadora da memória coletiva. Pena não ter chegado ao máximo da empresa urbanística! Este golpe fatal veio através do desaparecimento do Estabelecimento Público de Construção, em 1987, instituição que garantia a perenidade da cidade numa continuidade temporal.

Todavia, admite-se – e aqui está um outro princípio da intriga em P. Ricoeur – que existem efeitos-surpresa, produzidos por golpes de azar, que desordenam o fluxo contínuo da temporalidade. A tragédia e a epopéia são elaboradas no drama por incidentes devastadores ou difíceis para os personagens. Porém, o que diferencia a epopéia da tragédia são precisamente as formas de coerência da narrativa (a *ipseité* para P. Ricoeur). Na tragédia o tempo da cidade é construído de maneira contínua, mas não há coerência entre as esferas de ação. Já na epopéia há sempre continuidade no tempo, apesar da presença de acontecimentos desestabilizadores. Estas estratégias narrativas dependem do contexto e das formas de enunciação que permitem situar os diferentes atores na história da cidade. Assim, quanto mais se está próximo do nível local, dito de outra

forma, quanto mais os protagonistas pertencem às gerações mais jovens, mais os enunciados provêm da epopéia. Para os representantes do Estado central, o destino de Vaudreuil é digno de um xeque-mate. Seu fim trágico é a mudança de situação, a passagem da fortuna ao abandono. Para os defensores do local, ao contrário, os acontecimentos que permitiram à cidade autonomizar-se no plano jurídico-administrativo, indo de uma greve dos impostos à eleição de um conselho municipal selvagem, são também disjunções que interrompem a fluidez da narrativa, mas que reforçam o caráter épico do engajamento pessoal. Para manter o projeto vivo, para perseverar no ser da cidade, foi necessário atravessar provas e obstáculos.

As declarações, os gestos, os rituais abundam e visam capitalizar esta figura heróica do sujeito. Em que sentido caminha o futuro da cidade? Para uma narrativa de existência, para uma metáfora da criação imanente, aquela do homem para o homem, em suma, rumo a um individualismo que consiste na celebração, na narrativa da cidade-vida, pela narrativa de cidade-vida, do fato de ser a autora de seu próprio destino. “O personalismo de ficção” glorifica-se de não haver tirado sua glória do nada e de não tomar lugar na longa continuidade da história. Quantas vezes eu não ouvi que, contrariamente a todas as outras cidades planejadas francesas, Vaudreuil não emanava do nada, mas de algumas casas rurais esparsas. Quantas vezes eu não ouvi que esta cidade tinha criado um novo produto em termos de cidadania, um cidadão mais aberto à inovação, mais aberto à modernidade? A apropriação do território é reconhecida nos fatos, pelos atos em oposição ao Estado e que fundaram verdadeiramente a identidade de um sujeito autônomo. O engajamento durável na cidade apenas tem sentido se ele se apóia numa estima de si, na virtude e, sobretudo, numa ação voluntária. A durabilidade e a persistência da ação coincidem com o fato de ter escolhido deliberadamente instalar-se no local, uma escolha deliberada e consciente. É neste ardor que se manifesta a alegria, a indignação ou a cólera, que exigem a comemoração da causa “comum”. As dificuldades, tanto materiais quanto simbólicas, encontradas no decorrer da breve história de Vaudreuil são comparadas a um *percurso de combatente* marcado pelas *batalhas*. Batalhas por ter obtido a aceitação dos moradores, para ser reconhecido no seio da Associação dos Residentes, por ter modificado uma lei que não dava a possibilidade de eleger os representantes eleitorais legais.

A importância do ato fundador, o peso do momento, o instante mágico no qual ele foi criado é essencial nesta construção mental, da mesma forma que as datas de aniversário que marcaram a idade biológica da cidade nos seus dez anos, em 1985, e nos seus vinte anos, em 1995. A narrativa do começo – a chegada em Vaudreuil – é atualizada pela evocação dos ambientes destas festas de aniversário ou por verdadeiras odisséias relatando as condições físicas de instalação. São lembradas as visitas, em família, ao canteiro de obras e a possibilidade de ver o sonho ser construído. Todas as primeiras vezes são provas de existência onde se coloca à prova sua responsabilidade perante o coletivo na ocasião de inaugurações de diversos tipos: um novo equipamento urbano, um novo comércio, uma nova escola, o novo nome Val de Reuil. E este 31 de julho de 1975! Cinqüenta pessoas chegaram ao primeiro imóvel da cidade batizada o “protótipo”. Esta lembrança é sempre evocada nos mínimos detalhes. O encontro com o deputado, sua garrafa de champagne na mão, os estrados de madeira que era necessário saltar, todas as restrições do canteiro de obras são expostos juntos, de uma forma um tanto quanto misturada. A memória oficial é centrada tanto no que acompanhou a constituição e a perpetuação da reputação heróica quanto nos personagens que representam os suportes desta reputação. Deste ponto de vista, reivindicar a escolha do local como sendo sua perante os representantes do Estado ou vir a ser o primeiro habitante da cidade é determinante. Além disso, o status de primeiro habitante foi, durante muito tempo, objeto de uma rivalidade simbólica entre o prefeito da cidade e um antigo técnico do Estabelecimento Público de Construção. Eles disputaram o título por alguns dias porque não estavam de acordo com os critérios de entrada oficial na cidade. O primeiro habitante encenou um jogo de aparências que deu sentido e conteúdo à autenticidade do ato fundador. Finalmente, o segundo colocado acabou por ter o título de “primeiro habitante de honra”.

Esta construção imaginária do mundo social gera atitudes socialmente conquistadoras. A imagem do novo início, a do “pioneiro”, é uma mistura de alegria e de exaltação à idéia de ter engendrado a cidade, e a idéia de tê-la visto nascer se mistura com a de engendrar-se a si próprio. A memória coletiva de Vaudreuil organiza-se em torno desta mentalidade específica do pioneiro, feita de um horizonte aberto a partir do nascimento da cidade e da necessidade de contar com suas forças para prolongar sua ação. Ela

tende a construir um homem público mestre de si mesmo, capaz de se encarregar dos destinos da urbanidade e de assumir plenamente a mobilidade social ou geográfica. É sobre este refrão que se pode discernir o momento do culto da performance individual: “o Sujeito não se define pelas instituições ou ideologias, mas nas relações sociais e na consciência de si, na afirmação do Eu que se opõe a todos os papéis é feito o Eu” (Touraine, 1992: 370). O que deve perdurar é o sentimento de que as escolhas individuais determinam um percurso de vida e validam finalmente um caminho contínuo no tempo real da cidade.

O presente perpétuo e a ubiqüidade do vivente em questão

Pode-se falar realmente de memória coletiva, sem se sustentar na definição de M. Halbwachs (1994)? Segundo ele, há sedimentação da memória a partir do momento em que a coletividade reconstrói o passado de um grupo a partir da semelhança e da continuidade legíveis em sua história. Não há memória sem história. H. Arendt assinala que, para ela, é a história enquanto disciplina que permite remeter a experiência autobiográfica a uma outra instância. Ou, algo que é bastante conhecido aqui, é um personagem imortal que lembra os geneticistas mais desvairados, adeptos da clonagem incondicional e ilimitada. A celebração do “vivente” no presente perpétuo é uma negação do corpo físico pela supressão daquilo que deixa marcas em sua relação consigo mesmo. Na flecha do tempo não há nem antes, nem depois. Ou, o que se gostaria de ver – com o perdão da palavra – é este corpo consumido pelas raízes, aquelas que o viram nascer e também que contribuirão para seu desaparecimento. O ponto de vista “que volta a privilegiar ‘a unidade do vivente’ em sua contemporaneidade e em sua auto-organização” é perigoso, acrescenta A. Micoud, pois “o passado do ser, assim como seu meio, são abolidos ou, no mínimo, fortemente relegados” (Micoud, 2000: 73).

Na realidade, parece que a memória da cidade refere-se a uma “filiação invertida”, como o diz J. Davallon a propósito do patrimônio. Antes de tudo, seria suficiente reavivar um acontecimento do passado no presente para que os herdeiros transformem-se, por sua vez, em depositários daquilo que não existe mais. A continuidade da memória seria trabalhada pela atualização da lembrança no presente. “Homens que solicitariam à memória esclarecer sua ação imediata e para quem o prazer puro e simples de evocar

o passado não existiria, já que o passado tomaria, a seus olhos, as mesmas cores que o presente ou simplesmente porque seriam incapazes de evocar o passado, não teriam o sentido da continuidade social” (Halbwachs, 1994: 113). Na “filiação invertida”, sustenta J. Davallon, há entretanto um trabalho de retomar o que foi perdido. Com efeito, os elementos do passado colocados em cena no “aqui e agora” não são vistos. A celebração do indivíduo-cidade pressupõe que uma ruptura seja colocada entre ontem e hoje. Somos confrontados com uma narrativa elíptica, que rompe com a idéia, reivindicada por M. Halbwachs, de uma trajetória linear e estável da memória coletiva.

O que continua suspenso e que causa a ruptura, acrescenta J. Davallon, é uma interpretação do jogo da transmissão. Porém, esta interpretação não tem nada além de um saber fazer que não é expresso na narrativa sobre a cidade-corpo, mas que é encontrado invariavelmente no imaginário retrospectivo daquele que construiu a cidade. Para ele, a verdade do ser social reside no fato de ser e de ter sido. Além disso, mais ele afirma sua capacidade criativa no espaço público, melhor ele conhece as condições e limites e mais ele define uma cultura concebida como interpretação e transformação da natureza humana. É esta competência que é requerida em A. Touraine quando ele deixa em posição central um sujeito colocado no lugar do rei. O sujeito é recuperado, para este autor, por uma legitimidade fundada numa historicidade da consciência, quer dizer, por uma capacidade que a sociedade possui de se produzir dando sentido a suas práticas. Em Vaudreuil, esta historicidade é grandemente adquirida entre todos estes – intelectuais, políticos, altos funcionários – que produziram um saber e uma memória sobre a cidade. Numa escala de três décadas, trata-se, sobretudo, de uma pequena minoria de pessoas que não se assemelham à estrutura atual da população, muito próxima daquela que é encontrada nos subúrbios.

A pesquisa de traços sugeridos pela situação de enquete guia espontaneamente o “pioneiro” para sua própria filiação, a sua própria genealogia, ao senso comum no sentido foucaultiano. As representações coletivas associando pedaços da história de vida a histórias anteriores são também marcadores do tempo vivido, estruturado e memorizado no nível individual. Elas são essencialmente marcadas de três formas: a princípio, por uma referência quase automática a uma linhagem ou a uma parentela política sempre redobrada por uma ligação a acontecimentos fundadores, depois, por uma grande

apreensão de passagens de idade e de laços entre gerações que são marcadores de rupturas nas trajetórias. Além disso, o vai-e-vem, perfeitamente dominado, entre a longa duração (da infância, adolescência ou maturidade) e fenômenos pontuais, entre processos lineares e ocorrências dramatizadas na epopéia da cidade, atesta uma capacidade para utilizar a flexibilidade temporal da narrativa de vida como fonte identitária. Enfim, sublinha-se uma predileção por todas as atividades de lazer que provêm da genealogia na produção de conhecimento sobre a cidade-vida: coleções, interesse por arquivos etc. M. Halbwachs atribui esta predileção pelo passado não a um interesse natural, mas a uma função social que consiste em utilizar todos os meios de que se dispõe para reavivá-la simbolicamente. É um modelo cultural da historicidade, para retomar a terminologia de A. Touraine, que é aqui utilizado, caracterizado, sobretudo, pelo fato de que o “pioneiro” trata sua biografia tendo conhecimento das cadeias causais independentes e preexistentes ao desenvolvimento de sua vida.

Estas cadeias causais, mesmo se elas não são vistas, são reatualizadas na memória coletiva. Elas são de alguma forma, enquanto presença do que está distante, operadoras da continuidade entre passado e presente (Davallon, 2000: 11). Reduzindo seu passado a uma porção conveniente, os “pioneiros” recusam-se a um destino social esperado. De imediato, eles aparecem como atores além de “pais”, um tipo de deuses vivos, mas em nenhum momento eles aparecem como herdeiros. A invisibilidade dos marcadores sociais precedentemente definidos introduz, a partir deste ponto de vista, um desequilíbrio na transmissão da memória entre aqueles que dispõem de um direito de olhar para uma consciência historicizada e os outros, os que vêem mal o direto e seus efeitos deslocados: biopoder e “personalismo de ficção”, sobretudo.

Desde que começou a existir no campo político, a prática auto-referencial do sujeito, cuja lenta ascensão na civilização ocidental foi mostrada por N. Elias, apenas tem sentido se retomada por um julgamento sobre o indivíduo que se constrói. A publicação de histórias de vida no espaço público deveria assim vir de um procedimento argumentativo que consiste em admitir que o sujeito possa ser também um objeto de conhecimento. Colocar como epígrafe esta visão descentralizada de si seria aceitar responder, por exemplo, no decorrer da ação – do tempo real – a questões o quê, como, por quê, quem, com e/ou contra quem eu fui levado a atuar como um personagem de ficção. Por este

motivo, sabe-se também que o indivíduo pode estar engajado, mas também desengajado de seus papéis sociais e que ele nem sempre tem a pretensão de ser sujeito em sua unidade.

Enfim, desde que a filiação é invertida, o corpo vivo da cidade não pode ser visto em sua instantaneidade sem suas impressões digitais, sem seus vestígios nos quais a cada vez são assinaladas unidades de espaço e de tempo. Na vertente do tempo, desenvolvida aqui, a tentativa é a de mostrar os movimentos de atualização permanente dos discursos na produção do saber e da memória a partir de uma sucessão não linear de narrativas. Na vertente do espaço, o jogo das transações poderia também aplicar-se ao conjunto dos lugares da ação pública que estruturam as imagens da cidade-vida. A dimensão física e intersubjetiva da troca é essencial na constituição de um corpo vivo como lugar de memória. Foi caminhando na calçada que o corpo deixou suas marcas na cidade. No passo suspenso de sua representação de Vaudreuil, o direito à cidade-vida está por ser construído.

Tradução: Melvina Afra Mendes de Araújo*

Résumé

Au cours des années 1960, le Droit à la ville d'H. Lefèbvre a été appliqué dans la conception d'une ville nouvelle française située en Haute-Normandie. Cela a favorisé la vision d'une "ville-corps" travaillé, au plan urbanistique, par l'auto-détermination: il fallait donner la ville aux habitants comme s'il s'agissait de prendre son propre destin en main. Trente ans plus tard, la mémoire officielle locale célèbre désormais un individu-acteur dans l'espace public, en lieu et place de la cité. On assiste à l'avènement d'un "personnalisme de fiction" dont les limites consistent, d'une part, à ne prendre en compte qu'un éternel présent individuel et d'autre part, à rendre invisibles les raisons qui ont poussé ce même individu à devenir acteur de sa vi(II)e.

* Doutoranda em Antropologia Social pela USP, pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Missões (USP/Cebrap), bolsista da Fapesp.

Referências bibliográficas:

- BROSSAUD, C. **Le Vaudreuil Ville Nouvelle (Val de Reuil) et son “imaginaire bâtisseur”. Un champ autour d’une ville.** L’Harmattan, 2003.
- DAVALLON, J. Le patrimoine, une filiation inversée. In: **Espace Temps** n. 74-75. Quarto trimestre, 2000.
- DUBAR, C. **La crise des identités, L’interprétation d’une mutation.** Paris: PUF, 2000.
- DULONG, R. **Le témoin oculaire, les conditions sociales de l’attestation personnelle.** Paris, EHESS, 1998.
- FOUCAULT, M. **Dits et écrits. Tome III (1976-1979).** Gallimard, 1994.
- HALBWACHS, M. [1925]. **Les cadres sociaux de la mémoire.** Paris: Albin Michel, 1994.
- LAÉ, J-F. **Entre le faubourg et le HLM: l’éclipse du pauvre.** Rapport de recherche pour le Commissariat General du Plane et la Délégation à la Recherche et à l’Innovation, mai. 1991.
- LEFÈVRE, H. **Le droit à la ville.** 2 vols. Paris : Editions Anthropos, 1968.
- MEMMI, D. Le corps protestataire aujourd’hui. In: **Sociétés contemporaines** n. 31 juillet. 1998.
- MICOUD, A. Patrimonialiser le vivant. In: **Espace Temps** n. 74-75. Quarto trimestre, 2000.
- MOUNIER, E. **Le personnalisme. Que sais-je?** n. 395. Paris: PUF, 1949.
- NORA, P. (dir.). [1984]. **Les lieux de mémoire.** Paris: Gallimard, 1992.
- OSTROWETSKY, S. **L’imaginaire bâtisseur: les villes nouvelles françaises.** Paris: Librairie des Méridiens, 1983.
- TOURAINÉ, A. **Critique de la modernité.** Paris: Fayard, 1992.